

Campus Zurich

Condições Pré-Contratuais

A Zurich Insurance plc - Sucursal em Portugal, entidade legalmente autorizada a exercer a actividade seguradora, com representação permanente em Portugal, na Rua Barata Salgueiro, n.º 41, 1269-058 Lisboa, comercializa a Solução Campus Zurich cujas características se apresentam nas seguintes Condições Pré-Contratuais.

Capítulo I

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

A presente solução destina-se a segurar os acidentes pessoais ocorridos em qualquer parte do mundo.

Cláusula 2.ª

Garantias do contrato

Em conformidade com o que vier a ser contratado, a Zurich garante à Pessoa Segura, nos termos da respectiva apólice e até ao limite do capital seguro em relação a cada um dos riscos cobertos, uma indemnização quando em consequência de:

2.1

Morte

No caso de morte, ocorrida imediatamente ou no decurso de dois anos a contar da data do acidente, a Zurich pagará o correspondente capital seguro ao(s) Beneficiário(s) expressamente designado(s) na apólice.

2.2

Invalidez permanente

No caso de invalidez permanente, clinicamente constatada e sobrevinda no decurso de dois anos a contar da data do acidente, a Zurich pagará a parte do correspondente capital determinado pela tabela de desvalorizações, a qual faz parte integrante destas condições pré-contratuais.

O pagamento desta indemnização, na falta de indicação expressa em contrário nas condições particulares, será feito à Pessoa Segura.

O capital por invalidez permanente só é devido se a mesma for clinicamente constatada no decurso de dois anos a contar da data do acidente.

2.3

Morte ou invalidez permanente

No caso de morte, ocorrida imediatamente ou no decurso de dois anos a contar da data do acidente, a Zurich pagará o correspondente capital seguro ao(s) Beneficiário(s) expressamente designado(s) na apólice.

No caso de invalidez permanente, clinicamente constatada e sobrevinda no decurso de dois anos a contar da data do acidente, a Zurich pagará a parte do correspondente capital determinado pela tabela de desvalorizações, a qual faz parte integrante destas condições pré-contratuais.

Os capitais seguros para os riscos de morte ou invalidez permanente não são cumuláveis, pelo que, se a Pessoa Segura vier a falecer em consequência de acidente, ao capital por morte será deduzido o valor do capital por invalidez permanente que, eventualmente, lhe tenha sido atribuído ou pago relativamente ao mesmo acidente.

2.4

Incapacidade temporária

No caso de incapacidade temporária, clinicamente constatada e sobrevinda no decorrer de 180 dias contados da data do acidente, a Zurich pagará o subsídio diário fixado nas condições particulares,

enquanto subsistir essa incapacidade e por um período não superior a 360 dias.

2.5

Incapacidade temporária por internamento hospitalar

No caso de incapacidade temporária por Internamento hospitalar, sobrevinda no decorrer de 180 dias contados da data do acidente, a Zurich pagará o subsídio fixado nas condições particulares enquanto subsistir o internamento em hospital ou clínica e por um período não superior a 360 dias, a contar da data em que a Pessoa Segura tiver sido internada.

2.6

Despesas de tratamento e repatriamento

Nas despesas de tratamento e repatriamento, a Zurich procederá ao reembolso, até à quantia para o efeito fixada nas condições particulares, das despesas necessárias para o tratamento das lesões sofridas, bem como das despesas extraordinárias de repatriamento em transporte clinicamente aconselhado em face dessas lesões.

2.7

Despesas de funeral

Ao abrigo da cobertura das despesas de funeral, a Zurich procederá ao reembolso, até à quantia para o efeito fixada nas condições particulares, das despesas com o funeral da Pessoa Segura.

2.8

Invalidez permanente progressiva

No caso de invalidez permanente clinicamente constatada e sobrevinda no decurso de dois anos a contar da data do acidente, a Zurich pagará a parte do correspondente capital determinado com as seguintes regras:

- a) Para a parte do grau de invalidez que não exceda 25% sobre o capital seguro simples;
- b) Para a parte do grau de invalidez superior a 25% mas que não exceda 50% sobre o dobro do capital seguro;
- c) Para a parte do grau de invalidez que exceda 50% sobre o triplo do capital seguro.

2.9

Morte por acidente de circulação

Garante, para o risco de morte, um excesso de capital, complementar ao contratado na cobertura de morte e até aos limites fixados, exclusivamente para os acidentes resultantes dos riscos de circulação.

2.10

Invalidez permanente por acidente de circulação

Garante, para o risco de invalidez permanente, um excesso de capital, complementar ao contratado na cobertura de Invalidez Permanente e até aos limites fixados, exclusivamente para os acidentes resultantes dos riscos de circulação.

2.11

Assistência a pessoas

A Zurich suporta, até ao limite fixados, às Pessoas Seguras a assistência decorrente da verificação dos riscos previstos no decurso de viagem.

2.12

Roubo praticado sobre a Pessoa Segura – Geração Z

Garante, até ao limite máximo fixado, os danos sofridos pela Pessoa Segura identificada nas condições particulares, no âmbito da sua vida privada, em consequência de actos de violência ou ameaça de violência, devidamente comprovados através de participação às autoridades competentes.

2.12

Roubo praticado sobre a Pessoa Segura – Campus Zurich

Garante, até ao limite máximo fixado, os danos sofridos pela Pessoa Segura identificada nas condições particulares, no âmbito da sua vida privada, em consequência de actos de violência ou ameaça de violência, devidamente comprovados através de participação às autoridades competentes.

2.14

Responsabilidade civil da Pessoa Segura

Garante, até ao limite máximo fixado, as indemnizações, com fundamento em responsabilidade civil extra-contratual, por actos cometidos pelas Pessoas Seguras ou de quem por elas for civilmente responsável, decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros, ocorridos ou praticados, em Portugal e nos restantes países da União Europeia.

Cláusula 3.^a Riscos cobertos

Em conformidade com o que vier a ser contratado, a Zurich garante à Pessoa Segura, nos termos da respectiva Apólice, os acidentes quando em consequência de:

- a)** Risco Profissional e Extra-Profissional, entendendo-se como tal a cobertura do risco 24 (vinte e quatro) horas por dia;
- b)** Risco Profissional, entendendo-se como tal o inerente ao exercício da actividade profissional expressamente referida nas condições particulares;
- c)** Risco Extra-Profissional, entendendo-se como tal todo o que não se relacione com o exercício de qualquer actividade profissional;
- d)** Utilização dos meios normais de transporte, excluindo veículos motorizados de duas rodas ou pilotagem de aeronaves;
- e)** Prática acidental de desporto como amador, mas excluindo quaisquer provas consequentes de uma actividade desportiva federada e respectivos treinos;
- f)** Prática desportiva federada e respectivos treinos;
- g)** Prática de alpinismo, artes marciais, boxe, caça de animais ferozes, caça submarina, desportos de inverno, motonáutica, motorismo, pára-quedismo, tauromaquia e outros desportos e actividades análogas na sua perigosidade;
- h)** Pilotagem de aeronaves com certificado de navegabilidade em dia e por pessoas devidamente habilitadas e autorizadas;
- i)** Cataclismos da natureza, nomeadamente ventos ciclónicos, terremotos, maremotos e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda acção de raio;
- j)** Greves, distúrbios laborais, tumultos e/ou alteração de ordem pública;
- k)** Utilização de veículos motorizados de duas rodas.

Cláusula 4.^a Exclusões gerais

1.

Não ficam garantidos, em caso algum, mesmo que se tenha verificado a ocorrência de qualquer risco coberto pela presente apólice, os acidentes consequentes de:

- a)** Acção ou omissão da Pessoa Segura influenciada por uso de álcool ou bebida alcoólica que determine grau de alcoolemia superior ao previsto na Lei e/ou uso de estupefacientes fora da prescrição médica, ou quando incapaz de controlar os seus actos;
- b)** Prática de actos criminosos, negligência grave e quaisquer actos intencionais da Pessoa Segura, tal como o suicídio ou tentativa deste, incluindo actos temerários, apostas e desafios;

c) Prática de actos criminosos, negligência grave e quaisquer actos intencionais do Tomador dO Seguro ou do Beneficiário dirigidos contra a Pessoa Segura, na parte do benefício que aquele respeitar;

d) Acções ou intervenções intencionais praticadas pela Pessoa Segura sobre si próprio;

e) Os acidentes resultantes de explosão ou quaisquer outros fenómenos directa ou indirectamente relacionados com a desintegração ou fusão de núcleos de átomos, bem como os efeitos da contaminação radioactiva;

f) Actos de terrorismo, como tal considerados pela legislação penal portuguesa vigente;

g) Insurreição, revolução, guerra civil, invasão e guerra contra país estrangeiro (declarada ou não) e hostilidades entre nações estrangeiras (quer haja ou não declaração de guerra) ou actos bélicos provenientes directa ou indirectamente dessas hostilidades.

2.

Além das exclusões antes mencionadas, ficam sempre excluídas as consequências de sinistro que se traduzam em:

a) Hérnias de qualquer natureza, varizes e suas complicações, lumbagos, roturas ou distensões musculares;

b) Implantação ou reparação de próteses e/ou ortóteses;

c) Acidentes ou eventos que produzam unicamente efeitos psíquicos;

d) Doenças de qualquer natureza, as quais só ficarão garantidas quando se possa provarem, por diagnóstico médico inequívoco e indiscutível, que são consequência directa de acidente coberto.

Não obstante, não serão objecto de cobertura, em caso algum, as seguintes afecções:

- Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA).
- Ataque cardíaco não causado por traumatismo físico externo.

3.

Além do disposto nas alíneas anteriores, contrato fica ainda sujeito às exclusões constantes das condições especiais que lhe forem aplicáveis.

Capítulo II Método de Cálculo do Prémio

Cláusula 5.^a Cálculo do prémio

O método de cálculo do prémio terá em consideração os seguintes factores de risco: a profissão exercida pela Pessoa Segura e o tipo de risco garantido.

Capítulo III Modalidades de Pagamento do Prémio e das Consequências da Falta de Pagamento

Cláusula 6.^a Pagamento do prémio

1.

O prémio inicial, ou a primeira fracção deste, é devido na data da celebração do contrato.

2.

As fracções seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as sucessivas fracções deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.

3.

A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respectivos avisos.

Cláusula 7.^a
Consequências da falta de pagamento

- 1.**
A falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fracção deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
- 2.**
A falta de pagamento do prémio de anuidades subsequentes, ou da primeira fracção deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.
- 3.**
A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
 - a)** Uma fracção do prémio no decurso de uma anuidade;
 - b)** Um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.
- 4.**
O não pagamento, até à data do vencimento, de um prémio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prémio não pago.

Capítulo V
Determinação do Capital Seguro e Montante Máximo por Período de Vigência do Contrato

Cláusula 8.^a
Determinação do capital seguro

- 1.**
A determinação do capital seguro, no início e na vigência do contrato, é sempre da responsabilidade do Tomador do Seguro.

Cláusula 9.^a
Montante máximo por período de vigência do contrato

- 1.**
O capital seguro corresponde ao valor máximo que a Zurich se responsabiliza por sinistro ou conjunto de sinistros em cada período de vigência do contrato.

Capítulo IV
Duração e vicissitudes do contrato

Cláusula 10.^a
Duração

- 1.**
O contrato indica a sua duração, podendo ser por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano prorrogável por novos períodos de um ano.
- 2.**
Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.
- 3.**
A prorrogação prevista no n.º 1 não se efectua se qualquer das partes denunciar o contrato com 30 dias de antecedência mínima em relação à data da prorrogação, ou se o Tomador do Seguro não proceder ao pagamento do prémio.

Cláusula 11.^a
Resolução do contrato

- 1.**
O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.
- 2.**
A Zurich pode invocar a ocorrência de uma sucessão de sinistros na anuidade como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.
- 3.**
O montante do prémio a devolver ao Tomador do Seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo convenção de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.
- 4.**
A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

Capítulo VI
Modo de Efectuar Reclamações e Autoridade de Supervisão

Cláusula 12.^a
Modo de efectuar reclamações

- 1.**
As reclamações poderão ser efectuadas através de correio electrónico ou postal para Zurich Insurance plc, sucursal em Portugal ou para a sua sede na Irlanda (Dublin).
- 2.**
O Segurado poderá recorrer aos tribunais comuns e centros de arbitragem, quando aplicáveis, para a resolução de qualquer litígio.
- 3.**
A autoridade de supervisão da actividade seguradora é o Instituto de Seguros de Portugal. (www.isp.pt)

Cláusula 13.^a
Regime relativo à lei aplicável

- 1.**
As partes podem escolher a lei aplicável ao contrato, quer à totalidade, quer apenas a uma parte do mesmo, assim como alterar, em qualquer momento, a lei aplicável, sujeitando o contrato a uma lei diferente. Todavia, a mesma só pode recair sobre leis cuja aplicabilidade corresponda a um interesse sério ou esteja em conexão com alguns elementos do contrato de seguro.
- 2.**
A parte relativa aos seguros obrigatórios rege-se pela lei portuguesa.
- 3.**
As disposições imperativas em matéria de contrato de seguro que tutelem interesses públicos, designadamente de consumidores ou de terceiros, regem imperativamente a situação contratual, qualquer que seja a lei aplicável, mesmo quando a sua aplicabilidade resulte de escolha das partes.
- 4.**
Salvo convenção em contrário, a Lei aplicável à Solução Campus Zurich é a Portuguesa.

Anexo I – Tabela de Desvalorização
Anexo I

Tabela para servir de base ao cálculo das indemnizações devidas por Invalidez Permanente, como consequência de Acidente

a) – Invalidez Permanente Total		%
- Perda total dos dois olhos ou da visão dos dois olhos	100	100
- Perda completa do uso dos dois membros inferiores ou superiores	100	100
- Alienação mental incurável e total, resultante directa e exclusivamente dum acidente	100	100
- Perda completa das duas mãos ou dos dois pés	100	100
- Perda completa dum braço e uma perna ou uma mão e uma perna	100	100
- Perda completa dum braço e dum pé ou uma mão e dum pé	100	100
- Hemiplegia ou paraplegia completa	100	100
b) - Invalidez Permanente Parcial		
Cabeça		%
- Perda completa dum olho ou redução a metade da visão biocular	25	25
- Surdez total	60	60
- Surdez completa dum ouvido	15	15
- Síndrome pós-comocional dos traumatismos cranianos, sem sinal objectivo	5	5
- Epilepsia generalizada pós-traumática, uma ou duas crises convulsivas por mês, com tratamento	50	50
- Anosmia absoluta	4	4
- Fractura dos ossos próprios do nariz ou do septo nasal com mal-estar respiratório	3	3
- Estenose nasal total, unilateral	4	4
- Fractura não consolidada do maxilar inferior	20	20
- Perda total ou quase total dos dentes:		
. com possibilidade de prótese	10	10
. sem possibilidade de prótese	35	35
- Ablação completa do maxilar inferior	70	70
- Perda de substância do crânio interessando as duas tábuas e com um diâmetro máximo:		
. de 2 cm	15	15
. superior a 2 e igual ou inferior a 4 cm	25	25
. superior a 4 cm	35	35
Membros Superiores e Espáduas		
(D=Direito/ E= Esquerdo)		
	D	E
- Fractura da clavícula com sequela nítida	5	3
- Rigidez do ombro, pouco acentuada	5	3
- Rigidez do ombro, projecção para a frente e a abdução não atingindo 90°	5	11
- Perda completa do movimento do ombro	30	25
- Amputação do braço pelo terço superior ou perda completa do uso do braço	70	55
- Perda completa do uso dum braço	60	50
- Fractura não consolidada dum braço	40	30
- Pseudartrose dos dois ossos do antebraço	25	20
- Perda completa do uso do movimento do cotovelo	20	15
- Amputação do polegar:		
. perdendo o metacarpo	25	20
. conservando o metacarpo	20	15
- Amputação do indicador	15	10
- Amputação do médio	8	6
- Amputação do anelar	8	6
- Amputação do dedo mínimo	8	6
- Perda completa dos movimentos do punho	12	9
- Pseudartrose dum só osso do antebraço	10	9
- Fractura do 1º metacarpo com sequelas que determinem incapacidade funcional	4	3
- Fractura do 5º metacarpo com sequelas que determinem incapacidade funcional	2	1

Membros Inferiores	%
- Desarticulação dum membro inferior pela articulação coxo-femural ou perda completa do uso dum membro inferior.....	60
- Amputação da coxa pelo terço médio	50
- Perda completa do uso duma perna abaixo da articulação do joelho	40
- Perda completa do pé	40
- Fractura não consolidada da coxa	45
- Fractura não consolidada duma perna	40
- Amputação parcial dum pé, compreendendo todos os dedos e uma parte do pé	25
- Perda completa do movimento da anca	35
- Perda completa do movimento do joelho	25
- Anquilose completa do tornozelo em posição favorável	12
- Sequelas moderadas de fractura transversal da rótula	10
- Encurtamento dum membro inferior em:	
. 5 cm ou mais	20
. 3 a 5 cm	15
. 2 a 3 cm	10
- Amputação do dedo grande do pé com o seu metatarso	10
- Perda completa de qualquer dedo do pé, com exclusão do dedo grande	3
Raquis-Tórax	%
- Fractura da coluna vertebral cervical sem lesão medular	10
- Fractura da coluna vertebral dorsal ou lombar:	
compressão com rigidez raquidiana nítida sem sinais neurológicos	10
- Cervicalgias com rigidez raquidiana nítida	5
- Lombalgias com rigidez raquidiana nítida	5
- Paraplegia fruste, marcha possível, espasmodicidade dominando a paralisia	20
- Algias radiculares com irradiação (forma ligeira)	2
- Fractura isolada do esterno com sequelas pouco importantes	3
- Fractura uni-costal com sequelas pouco importantes	1
- Fracturas múltiplas de costelas com sequelas importantes	8
- Resíduos dum derrame traumático com sinais radiológicos	5
Abdómen	%
- Ablação do baço, com sequelas hematológicas, sem manifestações clínicas	10
- Nefrectomia	20
- Cicatriz abdominal de intervenção cirúrgica com eventração de 10 cm, não operável	15